

JPMorgan: crescimento no Brasil e Argentina 'deve pôr fim' a recessão na A. Latina

A volta do crescimento no Brasil e na Argentina deve ajudar a América Latina a crescer em 2017, após dois anos de recessão. A recuperação da região, porém, tem sido mais lenta que o esperado, avalia um novo relatório da JPMorgan Asset Management. "Indicadores econômicos começaram a melhorar na região, sugerindo que o pior ficou para trás. No entanto, o progresso no crescimento econômico tem sido um pouco mais lento do que o esperado", afirma a estrategista de mercado da JPMorgan Asset Management, Gabriela Santos.

A notícia positiva para a região este ano, sobretudo

em países como o Brasil e a Argentina, tem sido a queda da inflação. A retração significativa dos índices de preços, com exceção do México, para níveis abaixo das metas oficiais dos governos tem permitido aos bancos centrais da região cortar os juros, observa o relatório do JP. "A inflação na região deve continuar se normalizando este ano e finalmente iniciar uma convergência para os níveis muito menores da Ásia", ressalta o estudo.

"Os investidores globais estão tomando nota da queda da inflação na América Latina, principalmente por causa do potencial de novos cortes nas taxas de juros de muitos dos bancos centrais da região. Em

um mundo onde as oportunidades em renda fixa soberana são difíceis de encontrar, os títulos locais latino-americanos se destacam", escreve a estrategista.

As reformas estruturais são outro ponto que vêm sendo monitoradas de perto por investidores internacionais que olham para a América Latina, segundo o JP. "As reformas fiscais e econômicas vão continuar encorajando os fluxos externos para a América Latina?", pergunta o banco norte-americano, destacando que a continuidade da agenda de reformas é essencial para a região. Na avaliação de Gabriela Santos, as reformas são necessárias para estimular o crescimento de longo prazo na região. No curto prazo, os BCs



Com a melhora da perspectiva de crescimento, os emergentes passaram a atrair crescentes fluxos de capital internacional, ressalta o relatório.

ainda têm espaço para seguir cortando juros.

Para uma expansão maior do PIB, é preciso que o investimento cresça mais. Ao falar do cenário global, o JP destaca

que os Estados Unidos e alguns poucos países vinham crescendo de forma mais acelerada que outros mercados nos últimos anos, mas agora o crescimento do planeta começa a ficar mais

sincronizado. Com a melhora da perspectiva de crescimento, os emergentes passaram a atrair crescentes fluxos de capital internacional, ressalta o relatório (AE).

Governo divulga aumento de alíquota do PIS/Cofins sobre combustíveis

Com dificuldades em recuperar a arrecadação, o governo decidiu aumentar tributos para arrecadar R\$ 10,4 bilhões e cumprir a meta fiscal de déficit primário de R\$ 139 bilhões. O PIS e a Cofins sobre a gasolina, o diesel e o etanol subirá para compensar as dificuldades fiscais, segundo nota conjunta, divulgada pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. A alíquota subirá de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 para o litro da gasolina e de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 para o diesel nas refinarias. Para o litro do etanol, a alíquota passará de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309 para o produtor. Para o distribuidor, a alíquota, atualmente zerada, aumentará para R\$ 0,1964. A medida entrará em vigor imediatamente por meio de decreto publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União.

O governo também contin-



divulgará [bloqueará] mais R\$ 5,9 bilhões de despesas não obrigatórias do Orçamento. Os novos cortes serão detalhados hoje (21), quando o Ministério do Planejamento divulgará o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas. Publicado a cada dois meses, o documento contém previsões

sobre a economia e a programação orçamentária do ano. A nova alíquota vai impactar o preço de combustível nas refinarias, mas o eventual repasse do aumento para o consumidor vai depender de cada posto de gasolina.

Antes de embarcar para a reunião de cúpula do Mercosul, em Mendoza, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a queda da arrecadação justificou o aumento de tributos. "Isso ocorreu pela queda da arrecadação e em função da recessão e dos maus resultados, principalmente das empresas e de pessoas financeiras que refletiram nos prejuízos acumulados nos últimos dois anos que estão sendo amortizados. Existem medidas de ajuste fazendo com que o mais fundamental seja preservado: a responsabilidade fiscal, o equilíbrio fiscal", declarou Meirelles (ABR).

Brasilprev comunica a Moro bloqueio de R\$ 9 milhões de Lula

São Paulo - O BrasilPrev, do Banco do Brasil, comunicou ontem (20), ao juiz federal Sérgio Moro que bloqueou o montante de R\$ 9 milhões do ex-presidente Lula. Parte do valor, R\$ 7.190.963,75, é relativo a um plano empresarial da LLS (empresa de palestras do petista) e o outro, R\$ 1.848.331,34, se refere a um plano individual.

"Esclarecemos que conforme determinação, procedemos com o bloqueio total dos planos em tela, até segunda ordem deste juízo. Desta feita, aguardamos a manifestação de Vsa. Exa. quanto a eventual resgate e transferência para os autos do processo supracitado, hipótese em que incidirá o imposto de renda na forma da lei", informou o jurídico do BrasilPrev. Os valores foram



Ex-presidente Lula.

apurados, pelo BrasilPrev, até 19 de julho.

O bloqueio foi determinado por Moro em 14 de julho, dois dias após condenar o ex-presidente a nove anos e seis meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso triplex. Na quarta-feira (19), o

Banco Central informou ao juiz sobre o bloqueio de R\$ 606 mil em quatro contas de Lula.

Segundo o BrasilPrev, há "dois planos de VGBL de titularidade do sr. Luiz Inácio Lula da Silva". A empresa informou que o regime de tributação escolhido para o plano VBGL individual "no momento da adesão foi o regime progressivo compensável, em que os resgates têm a incidência de IR na fonte, feita com base na alíquota única de 15%, de forma antecipada, com posterior ajuste na declaração anual de IR". Os advogados do ex-presidente Lula entraram ontem mesmo (20), com mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) para impugnar a decisão do juiz Sérgio Moro que bloqueou bens do petista (AE).

Pesquisa aponta que pequeno empresário não pretende investir nos próximos meses

Levantamento feito pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) indica que 66% dos micro e pequenos empresários não têm intenção de fazer investimentos em seus empreendimentos nos próximos três meses. E 80% não planejam tomar crédito nos próximos 90 dias. Seguindo uma escala que vai de zero a 100, o Indicador de Propensão a Investir registrou apenas 26,6 pontos no último mês de junho. O resultado ficou abaixo do registrado em maio, quando foram registrados 27,2 pontos. Em junho de 2016 esse índice estava em 21,4 pontos.

Segundo o estudo, 37% dos empresários não veem necessidade em fazer investimentos para melhoria de seus negócios. "A desconfiança diante da crise é mencionada por 31% dos que



O estudo foi feito a partir de consultas a 800 empreendimentos com até 49 funcionários.

não planejam investir", informou o levantamento. Além disso, outros 12% ainda aguardam o retorno de investimentos já feitos; e 10% sentem falta de crédito para poder concretizar

melhorias nos negócios. "A recessão e o alto custo de capital tornam os empresários mais cautelosos diante da possibilidade de expandir seus negócios e de assumir dívidas para fazer frente

a investimentos", explicou, por meio de nota, o presidente da CNDL, Honório Pinheiro.

Entre os 19% de empresários que cogitam fazer algum investimento (7% dos pesquisados pretendem investir e 12% se dizem ainda indecisos), 33% pretendem aplicar na ampliação de estoque; 27% na compra de equipamentos e maquinários; 24% na reforma da empresa; 15% em comunicação e propaganda; e 13% na ampliação do portfólio de produtos. A principal fonte de recursos dos investimentos a serem feitos virá do próprio capital das empresas, por meio de recursos guardados em forma de aplicação (44%) ou venda de algum bem (11%). O estudo foi feito a partir de consultas a 800 empreendimentos com até 49 funcionários, nas 27 unidades da federação, incluindo capitais e interior (ABR).

seja democrática". O sindicalista, porém, não detalhou qual número a entidade defende. Há, ainda, debate sobre como e onde podem acontecer essas reuniões. Atualmente, as assembleias acontecem fora do local de trabalho, o que resulta normalmente em baixa adesão dos trabalhadores (AE).

Acordo entre Mercosul e UE depende de definição do bloco europeu

O ministro brasileiro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, disse ontem (20) em Mendoza, na Argentina, durante reunião do Conselho do Mercosul, que a conclusão do acordo comercial entre o bloco e a União Europeia (UE) depende da apresentação em tempo hábil pelos europeus da sua oferta de acesso aos seus mercados.

"A data de conclusão do acordo, sugerido pela parte europeia para o final deste ano, é viável, mas dependerá da capacidade de a Comissão Europeia apresentar tempestivamente e negociar sua oferta de acesso a mercados, sobretudo dos produtos chamados 'supersensíveis' e de interesse central exportador para o Mercosul, como carne bovina, açúcar e etanol", disse o ministro.

Hoje (21), será realizada a Reunião de Cúpula do Mercosul, quando o Brasil deve assumir a presidência pro tempore do bloco. Sobre os desafios, Marcos Pereira disse que o objetivo é aprofundar as negociações entre os membros do bloco, além da aproximação



Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira.

com países da Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Chile e Peru) e outros blocos.

"A negociação de acordos comerciais com parceiros estratégicos, dentro e fora da região, constitui uma das prioridades atuais do Mercosul que a Presidência 'pro tempore' do Brasil procurará manter e reforçar", ressaltou Pereira. O presidente Michel Temer viajou para Mendoza, onde participa da 50ª Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Cúpula do Mercosul e Estados Associados (ABR).

'Contribuição negocial', sindicatos iniciam debate

Brasília - Diante do sinal de apoio do governo à nova "contribuição por negociação coletiva", sindicalistas já começam a discutir como serão realizadas as assembleias que debaterão, entre muitos temas, a própria remuneração a ser paga pelos trabalhadores aos sindicatos. Entre os pontos polêmicos, está a

regra do quórum mínimo nessas reuniões para que a decisão do grupo seja legítima e não venha a ser questionada pelos demais trabalhadores.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, defende que o quórum nessas reuniões seja suficiente "para que a convenção

BOLSAS

O Ibovespa: -0,37% Pontos: 64.938,01 Máxima de +0,5% : 65.505 pontos Mínima de -0,43% : 64.898 pontos Volume: 5,84 bilhões Variação em 2017: 7,82% Variação no mês: 3,24% Dow Jones: -0,13% Pontos: 21.611,78 Nasdaq: +0,08% Pontos: 6.390,00 Ibovespa

Futuro: -0,43% Pontos: 65.375 Máxima (pontos): 65.960 Mínima (pontos): 65.285. Global 40 Cotação: 950,666 centavos de dólar Variação: -0,11%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,1267 Venda: R\$ 3,1272 Variação: -0,7% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,20 Venda: R\$ 3,30 Variação: -0,7% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,1396 Venda: R\$ 3,1402 Variação: -0,42% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,0670 Venda: R\$ 3,2700 Variação: -0,61% - Dólar Futuro (agosto)

Cotação: R\$ 3.132,50 Variação: -0,74% - Euro (17h40) Compra: US\$ 1,1632 Venda: US\$ 1,1633 Variação: +1,02% - Euro comercial Compra: R\$ 3,6330 Venda: R\$ 3,6350 Variação: +0,22% - Euro turismo Compra: R\$ 3,5430 Venda: R\$ 3,7900 Variação: +0,26%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 9,39% ao ano. - Capital de giro, 13,81% ao ano. - Hot money, 1,51% ao mês. - CDI, 10,14% ao ano. - Over a 10,15%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.245,50 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,28% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 123,950 Variação: -1,22%.

"Nada mais fácil que escrever difícil; na simplicidade está a grande complicação que dificulta o ofício".

Bastos Tigre (1883/1957)
Publicitário brasileiro